

MAIS NATUREZA E MENOS TECNOLOGIA É O QUE AMAZÔNIA PRECISA.

Por Manoel Tourinho, agrônomo, professor aposentado da Universidade Federal Rural da Amazônia – Belém/PA, ex-militante da CEPLAC/ Bahia; Roberta Coutinho, agrônoma, mestre em Solos da Amazônia e pesquisadora do GPGESA da UFRA, Belém.

Um livro polêmico, mas um bom livro. Está no mercado. O livro se chama: **“Amazônia. Ocupação, problemas socioambientais e desenvolvimento sustentável”**. Editado pela **Editora Vozes** em 2025. A “Vozes” merece respeito, e o autor idem. **Francisco Benedito da Costa Barbosa**, Barbosinha, como é chamado pelos colegas, Barbosinha é Agrônomo, formado por aqui mesmo. Conhece o que escreve e defende o que escreveu. Pois bem, a obra tem 690 páginas que acomodam 15 capítulos encapsulados em quatro partes. Uma extensa bibliografia de apoio, que dá ao autor a capacidade de cotejar números e interpretações que vão desde a economia da *Hevea* ao extrativismo madeireiro, atividade com impacto ambiental encoberto (*sic*), atrelada à pecuária ultraextensiva. Aborda as ações ambientalistas, como o zoneamento ecológico e econômico da BR-163, e faz loas à chegada da produção agropecuária e florestal sustentável, baseada nas ciências agrárias e suas diferenciações disciplinares. Alfredo Homma, um notável da EMBRAPA – Amazônia Oriental, refere-se ao livro como uma “minienciclopédia sobre 15 temas sensíveis sobre a Amazônia, atualmente com desinformação e preconceitos, e sem antíteses”. A bem da observação muito pertinente do Agrônomo cientista da EMBRAPA, é urgente convocar um livre debate sobre as antíteses. Mas um debate que permita aos tesistas não serem desconsiderados porque trazem teses que desagradam um dos lados, ou que deixe o tesista falar e depois simplesmente se fazer de rogado diante das suas observações e propostas. Essa postura ficou muito visível e acentuada nos debates encetados na COP-30, quando rentistas e invasores da natureza amazônica se enfiaram em “bunkers” de proteção às ideias contrárias vindas dos movimentos sociais das minorias, como, por exemplo, a tese das tecnologias pesadas e inadequadas à natureza amazônica. Um capítulo relevante nesse tipo de debate é o capítulo 9 que tem o título: **“A crescente perda do capital natural”**. Essa parte do livro tem a ver com a natureza amazônica e tecnologias. Daí o título desse artigo: **“Mais Natureza e Menos Tecnologia”**, porque são essas tecnologias brindadas nos sistemas de produção dos novos “*modus economicus*”, as responsáveis pelo desastroso manejo da natureza amazônica, conforme a leitura permite avaliar e verificar sobre a inexistência de uma ética – ou éticas - orientadora de

relações amorosas entre o homem, a natureza e o amor divino. Na nossa região, as paixões governam as ações, tanto aquelas vindas da economia privada quanto aquelas vindas do setor público governamental, conduzindo a erros grosseiros que agridem a natureza. No que tange essa chamada, dois comentários são pertinentes, ambos abordados no livro de Francisco Barbosa, acima mencionado: o primeiro diz respeito ao zoneamento ecológico-econômico da BR-163. O governo propôs um ordenamento do território sob influência do eixo rodoviário. O setor privado, movido por suas paixões e sem nenhuma ética com a natureza, muda aquilo que foi planejado. A própria EMBRAPA foi muito envolvida com a proposta. A UFRA criou um campus em Santarém, iniciando as suas atividades de extensão, pesquisa e ensino com a engenharia florestal, com o propósito de trazer alternativa à expansão da soja que descia do Planalto Matogrossense em direção às terras baixas da Amazônia, às margens do rio Amazonas. Então, em seu livro, o autor Barbosa assim se expressa sobre o assunto: *“Observa-se que as tentativas com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da Rodovia BR-163, o DES-BR 163, o Zoneamento Ecológico-Econômico da BR-163 e a extensa legislação ambiental não conseguiram, até o presente, seu objetivo maior que é a preservação e a produção sustentável nessa área e, ampliando-se o foco, pode-se dizer que muito menos tem sido conseguido em toda a Amazônia Legal”*, como vem acontecendo com o uso da terra na região da rodovia Transamazônica (BR-230), cuja concepção simbolizou a conquista da Amazônia pelo poder militar: Dos 4.260 Km dessa rodovia, apenas o trecho de Altamira à Itaituba, ou seja, 12% deu certo, em virtude dos solos de alta fertilidade, da opção pelo cultivo do cacau e da condução sociotécnica pela CEPLAC, possibilitando um manejo imitativo da natureza, sem significativas alterações nas relações sistêmicas e próprias ao uso da terra na Amazônia. Após a intencional e maléfica desidratação da CEPLAC na região, e a privatização completa dos destinos da cacauicultura, acentuam-se três fenômenos de ampla reverberação tecnológica: a “chacarização”, o remembramento das parcelas originais de 100 ha e o início da eliminação do manejo sombreado do cacau, com ampla exposição da planta ao sol, acentuando-se a dependência de ‘pacotes tecnológicos’ densos em capital, inclusive irrigação. Tais eventos, num futuro à vista, protocolam insucessos da colonização, além de ativar conflitos pela posse da terra. Anterior à abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1959, a Amazônia tinha 87% dos seus ecossistemas inalterados, e as atividades de uso da terra ocupavam apenas 1,8% do território amazônico, segundo Barbosa. Não se trata de usar tais números e comentários com o propósito de defender a Amazônia como

santuário intocável. Não, não é isso. Mas usar tecnologias inadequadas é uma questão de má fé. Isso vem acontecendo com a justificativa das necessidades de atender aos mercados, os quais vivem de costas para a natureza, para a cultura local. Essas tecnologias são responsáveis pela perda das capacidades substantivas da natureza amazônica, levando-a às fronteiras do “ponto de não retorno” das essencialidades qualitativas e quantitativas. Até mesmo ecossistemas com história biogeoquímica de retorno estão ameaçados. Refiro-me às várzeas, cuja dinâmica pedológica e florestal se vê ameaçada pela composição físico-química dos seus sedimentos, formadores dos solos de várzea. As más tecnologias aplicadas nas terras altas, para a produção agropecuária, são indutoras da perda do capital natural: as taxas de erosão e deposição na bacia dos rios amazônicos são bem próximas, e na medida em que os atuais padrões de uso da terra forem permanecendo, ocorrerá a correspondente alteração do material depositado. Nesse sentido, infelizmente, a perda do capital natural será cada vez mais crescente e volumosa. Várias situações permeadas no livro de Barbosa pede um debate, um debate com debatedores daqui mesmo. É mais barato e mais efetivo.

Maio, 2026.